

# ENTRE OS RANCHOS E O MAR

## Leitura das formas de apropriação do espaço público dos Ranchos da Bica na Praia da Tapera - Florianópolis/SC

*BETWEEN THE FISHING RANCHES AND THE SEA  
Reading the appropriation forms of the public space of  
Ranchos da Bica on Tapera Beach – Florianópolis/SC*

*Artur Hugo da Rosa<sup>1</sup> e Alicia Norma González de Castells<sup>2</sup>*

### Resumo

O trabalho faz uma análise socioespacial das formas de apropriação de um espaço público, localizado em um bairro periférico de Florianópolis/SC, chamado Tapera da Base. O território em questão, denominado Ranchos da Bica, faz parte da orla da praia da Tapera. Nele, se configuram, de forma espontânea, 33 ranchos de pesca. Presentes em Área de Preservação Permanente e em terreno de marinha, acumulam-se conflitos de ordem territorial e estética. O objetivo é compreender como operam as atividades e a atribuição de valores a este espaço público. As atividades referentes à pesca e seus utensílios, como redes e canoas, criam uma extensão do espaço privativo dos ranchos, tornando, temporariamente, um espaço público em privado. Essa atribuição de valores, por parte dos pescadores e moradores do bairro, criam a vitalidade e o respeito ao lugar. Como método, foram feitas caminhadas fotográficas com observação direta e participante.

Palavras-chave: espaço público, apropriação, lugar, território.

### Abstract

*The work makes a socio-spatial analysis of the forms of appropriation of a public space, located in a peripheral neighborhood of Florianópolis/SC, called Tapera da Base. The territory in question, called Ranchos da Bica, is part of the edge of Tapera beach. In it, 33 fishing ranches are spontaneously set up. Present in Permanent Preservation Areas and in navy land, territorial and aesthetic conflicts accumulate. The objective is to understand how the activities and the attribution of values to this public space operate. Activities related to fishing and its tools, such as nets and canoes, create an extension of the ranches' private space, temporarily turning a public space into private. This attribution of values, on the part of the fishermen and residents of the neighborhood, creates vitality and respect for the place. As a method, photographic walks were carried out with direct and participant observation.*

*Keywords: public space, appropriation, place, territory.*

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Pós-ARQ/UFSC). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI/UFSC) e colaborador da revista Cadernos NAUI.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Nacional de La Plata Argentina (1975), mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987) e pós-doutorado na Facultad de Filosofía y Letras da Universidade de Buenos Aires - UBA (2009). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora dos Programas de Pós Graduação em Antropologia Social e de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Coordenadora do NAUI Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural. Pesquisadora do IBP, Instituto Brasil Plural.

### Introdução

Neste trabalho, procuro compreender como operam as atividades e a atribuição de valores num determinado espaço público. O recorte escolhido desta análise é denominado de Ranchos da Bica, localizados na Praia da Tapera, no bairro Tapera da Base, em Florianópolis-SC. Esta análise é derivada de resultados parciais de minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, em Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Concomitante a pesquisa de campo, de março de 2021 a março de 2022, a orla da Praia da Tapera passou por uma revitalização. Durante o levantamento de dados, *in loco*, surgiram inquietações sobre o porquê deste local passar por uma revitalização e quais os objetivos deste processo. Ou melhor, para quem? moradores ou turistas? A Tapera não é um bairro que está nos roteiros turísticos da “ilha da magia”<sup>3</sup>. Se apropriar da paisagem de praia, seria um caminho para trazer turistas e investimentos a este bairro periférico de Florianópolis. Porém, o uso da praia é predominantemente atribuído aos moradores. Dessa forma, a revitalização também teria como objetivo trazer conforto e infraestrutura aos moradores que frequentam a praia diariamente.

A pesquisa de campo acompanhou as mudanças físicas e as premissas estéticas que estavam motivando a obra, que foi financiada pelo Ministério do Turismo e pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Milton Santos (2012) conceitua a paisagem como um resultado de uma acumulação de atividades das gerações passadas. Os Ranchos da Bica, objeto de análise deste artigo, estão presentes na paisagem da praia porque são resultados das atividades de antigos pescadores da colônia da Tapera. A revitalização da orla não é o foco deste artigo, mas é importante para o entendimento da valorização deste território e seus usos, frente a discursos de homogeneização do espaço público (CASTELLS, 2012), no qual se incluem os Ranchos da Bica.

A reflexão, a partir da revitalização da orla da Praia da Tapera, pensa em conflitos referentes a paisagem, que por um lado, fruto de um acúmulo histórico (SANTOS, 2012) dos pescadores e moradores locais, incluindo os ranchos de pesca, e por outro lado, a paisagem imaginada pela revitalização, que tende a homogeneizar o espaço da praia, segundo características construtivas genéricas encontradas em tantos outros locais, como por exemplo a pavimentação em bloco de concreto intertravado, decks de madeira, parquinhos e academia ao ar-livre. Partindo dessa reflexão, a paisagem imaginada pela revitalização pode ignorar a singularidade local e expulsar a dimensão do vivido com discursos embandeirados, como atrair turistas, investimentos e consciência ambiental para o local. Dessa forma, ignoram os saberes e fazeres dos próprios moradores locais, em prol de uma atividade turística, utilizando um termo de Lefebvre (2010), que consuma o lugar, e conseqüentemente, que haja uma diluição da ideia de lugar (AUGÉ, 1994).

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano toma-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos.

<sup>3</sup> A denominação atribuída a cidade pelas forças do mercado, apelando para as belezas naturais, qualidade de vida, lazer e cultura - principalmente no imaginário fantástico de Franklin Cascaes. Segundo Castells (2014, p. 175) foi uma forte alavanca imagética para projetá-la nacional e internacionalmente.

Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. (LEFEBVRE, 2010, p.20)

Historicamente, o confronto entre visões, que se repete na Praia da Tapera, pode ser entendido por meio do choque entre os modelos de urbanismo culturalista e progressista, entre a cidade tradicional e a cidade contemporânea (CHOAY, 2013). O arquiteto Camillo Sitte, representante do modelo culturalista, em sua obra *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, de 1899, interpreta a cidade tradicional como uma obra de arte, onde a vida pública, espaços públicos e edifícios devem estar integrados. Segundo Sitte (1992), é através dos espaços públicos que as práticas socioculturais acontecem, como manifestações públicas, festas, cerimônias, etc. Em síntese, a cidade tradicional é marcada por singularidades do local, em oposição a ideia de universalidade e pluralidade, associada à cidade contemporânea.

Esse modelo de cidade tradicional, defendido por Sitte (1992), vai sofrer alterações na forma de produção do seu espaço urbano, por meio dos processos de industrialização. O urbanismo progressista, propõe outros modelos de cidades dentro dos moldes tradicionais. Esse modelo é pautado na racionalidade e no indivíduo-tipo (CHOAY, 2013), ganhando forças com os ideais de Le Corbusier (1993). O arquiteto franco-suíço apresenta seus princípios funcionalistas na Carta de Atenas, em 1933. Nela, se fundamenta o urbanismo modernista, caracterizado pelo zoneamento<sup>4</sup> e pelas vias rápidas para os automóveis. Esse modelo foi duramente criticado por diversos autores, por ignorar categorias como rua, lugar, espaço (CASTELLS, 2012 apud MAGALHÃES, 2007). Na década de 60, a autora de *Morte e Vida das Grandes Cidades*, ataca estes princípios funcionalistas defendendo a ideia de diversidade social. Segundo Jacobs (2014), a diversidade<sup>5</sup> se expressa nos espaços públicos, onde a rua é o principal elemento da cidade, sendo palco das diversas atividades e movimentos das pessoas.

Também na década de 60, Lefebvre (2010) definia a cidade como sendo a obra de todas as obras. O autor aponta que a forma como o urbanismo modernista pensa a cidade, com sua retidão, setorização e funcionalidade, fortaleceu para o desaparecimento da vida pública. A cidade não é somente composta por infraestruturas e materialidades, mas também por valores atribuídos aos lugares, aos costumes, histórias e práticas tradicionais. (LEFEBVRE, 2010)

A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância. Processo inevitável de dissolução das antigas formas, sem dúvida, mas que produz o sarcasmo, a miséria mental e social, a pobreza da vida cotidiana a partir do momento em que nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional. (LEFEBVRE, 2010, p.83)

Ao apontar para a dissolução das antigas formas da cidade tradicional, Lefebvre (2010) inclui as categorias ignoradas pelo urbanismo modernista. Uma destas categorias, já citada, é o bairro. O bairro pode ser entendido como um domínio do ambiente social, um espaço urbano onde o morador conhece e é reconhecido. Dessa forma, “o bairro

<sup>4</sup> Zoneamento segundo as classificações: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito.  
<sup>5</sup> Para Jacobs (2014), a diversidade acontece quando há uma multiplicidade de serviços, quadras curtas, mistura de edificações em idades variadas e densidade urbana.

como uma porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço” (CERTEAU et al, 2003, p. 40).

A categoria de bairro tensiona a polarização público e privado. A partir dos limites da cidade, todo espaço dentro dela é um espaço urbano. Contudo, podemos classificá-los, em público e privado, de acordo com certas categorias e atribuição de valores que agem sobre eles. Para o antropólogo espanhol Manuel Delgado (2011) o espaço público é destinado para as relações em público, exercendo uma dimensão política, como sendo o lugar da democracia. Para o sociólogo brasileiro Rogério Proença Leite (2002), o “espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações” (LEITE, 2002, p. 116). O espaço público se dá através de uma construção social, que atribui àquele espaço uma noção de pertencimento e identidade de grupos sociais, que compartilham a vida urbana, as dimensões simbólicas e os valores que fortalecem a memória coletiva e a identidade do lugar.

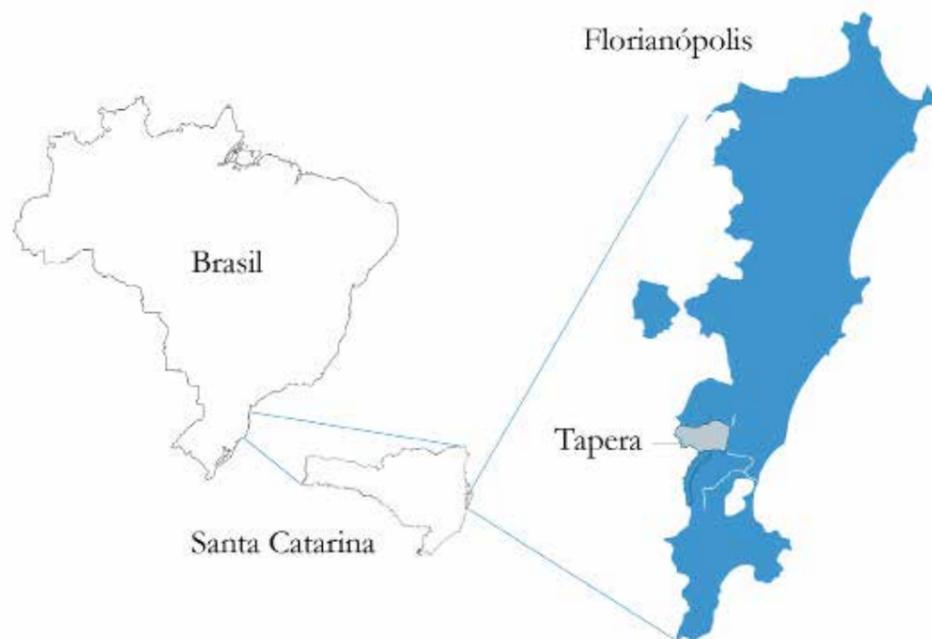
Embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, devemos entendê-lo como algo que ultrapassa a rua; como uma dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas. (LEITE, 2002, p. 116)

Permanecendo no âmbito brasileiro, os autores de *Quando a rua vira casa*, buscaram uma gramática e formularam um sistema de categorias e relações. Para Vogel, Mello e Mollica (2017), há três sistemas que se articulam: espaço, valores e atividades. O espaço abrange um recorte físico, englobando as categorias presentes nele, que no caso deste artigo são os ranchos, a praia e o mar. Os valores abrangem noções de público e privado, também travestidos de outras noções como visível e invisível, meu e nosso. E as atividades conjugam os três sistemas dando função às categorias e definindo as noções a partir do uso (VOGEL; MELLO; MOLLICA, 2017).

Para os antropólogos, o espaço é sempre o espaço de ou para alguma coisa, assim como as coisas só podem acontecer ou estar em algum espaço. O espaço não escolhe as atividades ou objetos, é a atividade e os objetos quem escolhe os espaços, qualificando-o (VOGEL; MELLO 1979). A partir da prática, atribui-se valor. “Quem pratica o espaço é também, de maneira muito sutil, aquele que o produz” (MELLO; VOGEL, 1979, p. 4). Dessa forma, o espaço não se classifica como um mero suporte físico, e sim como um integrante organizador e participante das relações sociais. Em resumo, para De Certeau, “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 184).

Entendendo as diferenças entre os preceitos da cidade tradicional e contemporânea, a noção de bairro e a qualificação entre os espaços públicos e privados, o objetivo é fazer uma leitura socioespacial da localidade dos Ranchos da Bica, compreendendo como as atividades e a atribuição de valores ao lugar, tensionam as relações público-privado, articulando também com os conflitos estéticos e territoriais que os ranchos estão envolvidos, considerando as influências da revitalização da orla da Praia da Tapera.

Para fazer essa leitura espacial, foram realizadas frequentes caminhadas fotográficas, com observação ativa e participante, em diferentes dias e períodos do dia. Posteriormente, as reflexões da caminhada eram escritas em diários de campo, junto da análise fotográfica e conversas com os moradores. Dessa maneira, estabeleço contato com o território a partir de dois momentos: caminhando e fotografando, e mais tarde, analisando as fotos e escrevendo.



Neste artigo, utilizei os dados presentes em quatro diários de campo e a partir deles, classifiquei a localidade em três categorias: ranchos, praia e mar. As categorias serão analisadas a partir das atividades que os espaços recebem e sob quais valores elas operam. Depois disso, discorro sobre os tensionamentos entre as visões de cidade, os conflitos territoriais e estéticos que envolvem os Ranchos da Bica.

### O recorte físico

A Tapera da Base<sup>6</sup> é um bairro periférico, localizado no sul da ilha de Santa Catarina, Florianópolis. Com a implantação do Centro de Aviação Naval, em 1922, o bairro passou a ser ocupado por trabalhadores do Centro de Aviação Naval. Em 1941 o centro se torna a Base Aérea de Florianópolis (BAFL), estabelecendo uma relação muito próxima com o bairro através de escolas, passagens e trabalho. Em 1960, o bairro teve suas primeiras casas ao longo da Rodovia Açoriana, considerada a via geral<sup>7</sup>, principalmente próximo a sua praia e a entrada da BAFL, caracterizando como casas de veraneio, de trabalhadores da BAFL e ranchos de pesca.

A Tapera possui um balneário e duas ilhas em sua paisagem, a ilha das Laranjeiras e a ilha Dona Francisca. De areia grossa e mar calmo, a praia da Tapera é um local de respiro, lazer e encontros para os moradores do bairro. As atividades ligadas à praia giram em torno da pesca, de esportes náuticos, dos bares, da fé e do lazer.

### Os ranchos

É na praia da Tapera que se localizam os Ranchos da Bica. A localidade é chamada assim por conter uma bica d'água, ponto de referência para os moradores da Tapera. A bica será mais descrita na análise da categoria praia. O conjunto foi formado de maneira espontânea, implantado sob um costão, acessado em meio às pedras e contendo uma pequena faixa de areia. Foi escolhido por ser um espaço ativo, movimentado e

<sup>6</sup> O nome Tapera é de origem tupi. É formada por tawa (aldeia de índios) e pvera (que foi), sendo assim, a aldeia que foi. Neste artigo, chamarei apenas de Tapera, como os moradores assim a chamam.

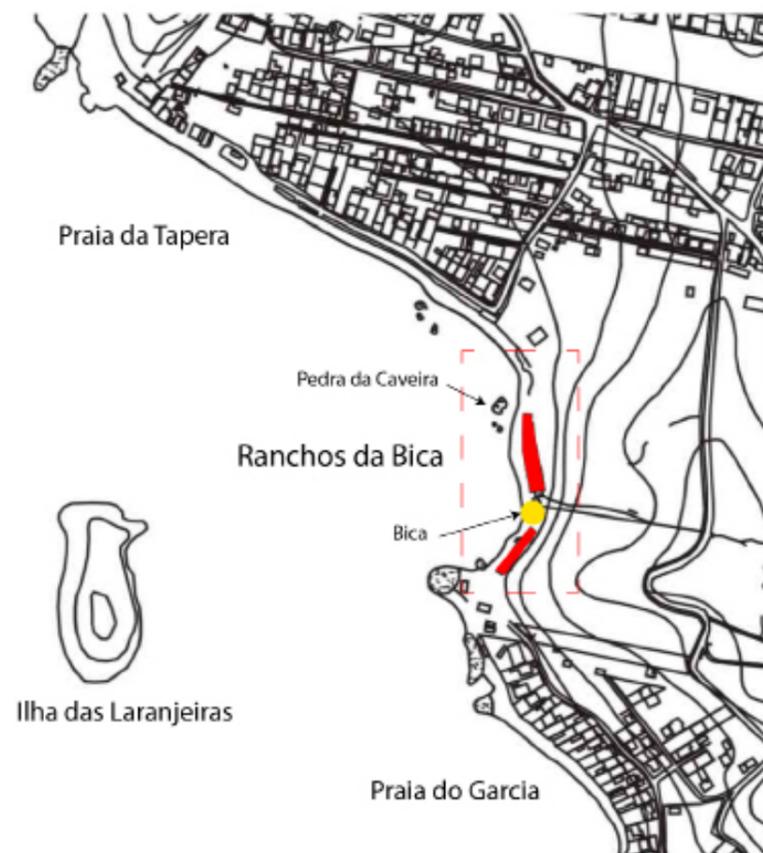
<sup>7</sup> Terminologia comum em Florianópolis. Significa a via que liga o bairro aos outros.



Figura 2 - Praia da Tapera, acervo de Artur Hugo da Rosa, 2021. Figura 3 - vista para os Ranchos da Bica, acervo de Artur Hugo da Rosa, 2021.

disputado. Uma parte destes ranchos são heranças de família, passados de geração em geração. Outra parte já foi vendida a terceiros e seus atuais donos não são moradores do bairro. Mesmo os de "fora", há um respeito e uma admiração pelo lugar. Ao todo, há 33 ranchos de pesca, incluindo a sede da Associação de Pescadores Artesanais da Tapera (APAT). Durante os dias de semana, os ranchos mais utilizados são aqueles cujos donos são moradores do bairro. Já nos fins de semana, os pescadores de "fora" vem para seus ranchos. Aqueles ligados a uma pesca diária, possuem local para venda de peixe e costumam ficar com as portas abertas.

A presença dos ranchos simboliza a materialização do território da pesca. Apesar da Tapera ser uma das colônias mais antigas em Florianópolis, os primeiros ranchos surgiram em outros pontos da praia. Estima-se, a partir de um relato de um antigo morador, que o primeiro rancho a ser construído na localidade da bica foi em meados da década de 1970.



Foi o Pescador 1 que fez o primeiro rancho. Eu ajudei a fazer. O rancho está lá no mesmo lugar, até hoje, que é o do Pescador 2. A bica também já existia, sempre deu muita água, mas a turma não dava bola [...] eu podia ter pegado um rancho ali. Na época não tinha ninguém, era eu e o Pescador 1. Aí todo mundo foi pegando. Hoje, essas duas canoas que estão ali, tudo tinha rancho. Venderam e colocaram a canoa na praia (RODRIGUES, 2022).

Os ranchos possuem tipologias diferentes entre si. Fruto da autoconstrução, do trabalho de final de semana, com ajuda de parentes e vizinhos. Alguns foram construídos em madeira e outros em alvenaria. A maneira de construir revela a identidade de cada pescador, que se manifesta na cor, nas decorações e no nome do rancho. A maioria possui um andar, e alguns poucos, possuem dois andares. O rancho 8 do “Vô Vitor”, por exemplo, foi feito com estrutura roliça de eucalipto e vedado com tábuas de frontal orientadas na vertical. A cobertura com telhas de fibrocimento, sem forro, aparecendo as ripas. É comum o uso de tubos de esgoto como calhas para da água da chuva. Geralmente, as instalações elétricas ficam aparentes. Não há afastamento entre os ranchos. Em um caso específico, a união de um rancho, feito de bloco de concreto, com um andar, é colado a outro, de alvenaria rebocado, de maneira rústica, com um segundo andar em madeira, com tábuas e mata-juntas, uma grande janela de madeira com veneziana, telhas de fibrocimento e calhas de PVC. Uma grande diversidade arquitetônica. Os ranchos de pescadores com suas tipologias diferenciadas – materialização dos níveis de pertencimento ao território – foram analisados também por Castells e Lino (2015) em Laguna/SC.

Durante as caminhadas, alguns ranchos estavam abertos. Um destes, construído em alvenaria, guardava uma canoa motorizada, de madeira, nas cores vermelha e branca, sob estivas<sup>8</sup>. Na parede, coletes salva-vidas, cordas, remos, e outros equipamentos

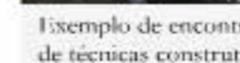
<sup>8</sup> Peça de madeira que auxilia na movimentação das embarcações, tanto para retirar quanto para entrar no mar.



Interior dos ranchos



A abertura do rancho, que significa o uso privativo do espaço imediato da praia



Exemplo de encontros de técnicas construtivas



A implantação dos Ranchos da Bica



A entrada no território

Figura 5 - esquema gráfico da categoria Ranchos. Esquema dos autores, 2022.

de pesca. Outro rancho que pude observar era bastante organizado. Os equipamentos tinham seu lugar. As capas de chuva eram colocadas lado a lado atrás da porta, enfileiradas. Neste rancho havia uma gruta, feitas de concreto e conchas, acolhendo um pescador negro, segurando um peixe dentro de uma canoa. Ao lado, tinha uma imagem de Nossa Senhora Aparecida.

### A praia

O espaço da praia acontece entre as pedras do costão e os ranchos. Há uma croa<sup>9</sup>, onde é usado para a chegadas e a partida dos botes e canoas. A faixa de areia é ocupada por canoas e embarcações, redes cobertas por lonas e outras ferramentas de uso diário da pesca. A praia se configura como um espaço de manutenção e depósito

<sup>9</sup> Uma bancada de areia, onde é possível adentrar o mar a pé de forma gradual.



de redes e embarcações, além da limpeza dos pescados. Com os ranchos de portas abertas, é local de encontros, como churrascos e rodas de conversa, criando uma sociabilidade particular e importante na vida dos pescadores.

Em meio a chegadas de barcos, famílias caminhando pelo local, enchendo suas garrafas na bica e crianças brincando na areia, parei para registrar e conversar com um pescador. Ele estava limpando os peixes capturados naquela manhã. Fazia os cortes necessários na cabeça e ao longo do corpo, retirava o que não queria e jogava no mar. A carne fresca atraía gaivotas, que voavam baixo e se alimentavam.

Logo no início, sob o costão, há uma instalação de apoio a serviços de limpeza e preparo do de produtos da maricultura. Essa instalação de apoio conta com uma cobertura e lanternas de ostras penduradas. Com o auxílio de uma pia e uma bancada de granito, se limpa ostras e mariscos. A praia e os Ranchos da Bica também são locais de comércio, onde se vendem ostras, mariscos, berbigão, peixes diversos e camarão.

Outros motivos que criam movimento neste local, paralelos à pesca, é a presença da Bica d'água. A bica é uma fonte de água potável muito antiga no local. É cuidada e preservada pelos pescadores e moradores do bairro. É recorrente avistar pessoas andando com garrafas d'água na Rua da Praia. Além da bica, o local é passagem para recantos pitorescos da Tapera, como a praia do Garcia, que fica mais afastada e menos frequentada, sendo local de preferência para aqueles que querem mais privacidade. Antes de acessar a praia do Garcia, há um local onde se improvisa uma sala e cozinha a céu aberto. Há um tronco utilizado como banco, usado por jovens para fumar. Neste local, há uma pia inox apoiada entre as pedras do costão, usada para escamar os peixes.

Montaner e Muxí (2021) trazem em seu livro Política e Arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista, o termo urbanismo comum. Segundo os autores, "o comum exprime uma concepção específica da vida, da natureza e do tempo, e também se exprime no espaço e no território" (MONTANER; MUXÍ, 2021, p. 89). Entre as interpretações do espaço comum, está a reformulação deste espaço para além de uma polarização entre as esferas pública e privada. Perspectiva que considero que ancora o uso do espaço da praia dos Ranchos da Bica.

O uso da praia, como um espaço público, é regido por regras estabelecidas pelos próprios pescadores através de sua Associação. Cartazes como "proibido subir e mexer nas embarcações", "proibido urinar neste local, seja consciente" e "Não jogue lixo no chão", demonstram cuidados com seus pertences e com a praia, como bem público e de todo mundo. Dessa forma, é possível considerar que as regras respondem, também, aos cuidados exigidos, pelos moradores do lugar, pelo bom uso da bica d'água.

### O mar

O mar da baía sul, as pedras, barcos e as ilhas das Laranjeiras e Dona Francisca, compõem a paisagem da praia. O espaço do mar é utilizado para deixar as embarcações na poita<sup>10</sup>, para os esportes e brincadeiras nas pedras. Os nativos têm uma relação muito próxima com as pedras. Estas pedras são palcos de brincadeiras e muitas delas têm nome. Pedra da caveira, do Duca, do Bolo, da Laje, da Velha, do Forno. É comum ver as crianças saltarem da "Pedra da Caveira" no verão, tornando-se uma prática particular da Praia da Tapera. As pedras também viram locais de permanência, namoro e fruição da paisagem. Outra prática tradicional, de quem é nativo, é ir para a ilha das laranjeiras a nado.

Além do lazer, o mar é um ambiente de trabalho para os pescadores. Manter a ordem e organização é primordial. Os caminhos que evitam pedras e lajes submersas e o local onde se jogam as redes é conhecimento acumulado do pescador da Tapera. Se confeccionam bandeiras para sinalização das redes e embarcações. Durante uma caminhada, paro numa roda de conversa entre três pescadores. Um deles estava preparando uma bandeira, para sinalizar a localização da rede. O pescador estava recortando um guarda-sol<sup>11</sup>, amarelo e vermelho. Segundo ele, as cores tornariam a bandeira mais visíveis em alto mar. Ele relatou um caso, onde uma embarcação da Marinha passou por cima da rede e da bandeira. Para este pescador, era um absurdo a própria Marinha cometer este tipo de erro.

<sup>10</sup> Objeto pesado, também conhecido como âncora, usado para evitar que as embarcações se movam no mar.

<sup>11</sup> Um guarda-sol das lojas Koerich, popular aqui em Florianópolis.



### Os tensionamentos entre visões de cidade

No caso da Tapera, os Ranchos da Bica são frutos de uma cidade ainda tradicional em seus costumes, que traduzem referências locais nos modos de apropriação e valorização do seu espaço público. As apropriações socioespaciais da praia e do mar, deixam claro a variedade de tensões público-privado que se manifestam nas relações entre o que é trabalho ou lazer, o que é meu e o que é nosso. O local pode ser entendido como um espaço qualificado pelo homem comum (CASTELLS, 2012 apud CERTEAU, 1994), que exprime uma concepção específica da vida destes homens da pesca. Ao mesmo tempo, é também um espaço público, onde se manifestam outros tipos de valores, que em conjunto, criam pertencimento ao lugar. A mudança do caráter acontece quando os ranchos viram casas e quando a praia vira quintal. As categorias casa e quintal representam os usos e as atribuições de valores da vida privativa do pescador, através de critérios de propriedade e demarcação da vida privada (CASTELLS; LINO, 2015).

Os tensionamentos entre as esferas pública e privada da localidade dos Ranchos da Bica, são gerados pelo modo de apropriação dos pescadores e moradores, fazendo com que se criem características particulares ao lugar, operando conforme a categoria de bairro (CERTEAU et al, 2003), descrito na introdução deste artigo. Estas características, pouco compreendidas, são questionadas pelo Ministério Público de Santa Catarina, através de um decreto<sup>12</sup> 20.180/19, da lei orgânica do município, que “os ranchos não são mais ranchos”. A integridade construtiva é vista como precária e o principal argumento é o uso alternativo dos ranchos como casa. Neste caso, os ranchos deveriam ser usados somente para a pesca, servindo de depósito para as embarcações e equipamentos de pesca.

A comissão de pesca da Prefeitura elaborou um levantamento dos ranchos entre 2017 e 2018. Segundo a Prefeitura, as Associações de Pescadores também colaboraram com o levantamento e participaram das decisões, principalmente no que se refere a regularização dos ranchos. Ao acompanhar a primeira reunião com os pescadores da Tapera, fica notável a cooperação dos pescadores frente a regularização, colaborando também com as frentes de representação política do bairro. Há aqueles que querem se regularizar e não perder os ranchos, geralmente nativos cuja fonte de renda principal é a pesca.

Se tratando de aspectos territoriais, o Plano Diretor de 2014, traz um discurso de garantia dos valores sociais, de desenvolvimento sustentável e proteção ao patrimônio cultural, no qual é colocado em primeiro plano para a divisão territorial. Os ranchos, apesar de estarem construídos em Áreas de Preservação Permanente (APP) e em terrenos de marinha, em tese, são protegidos pelo Plano Diretor, assegurando a manifestação cultural e seus lugares de realização (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Art. 51. São usos permitidos em APP as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental como a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo, a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro, e a implantação de parques urbanos e parques lineares, inclusive com suas instalações de apoio, bem como a construção ou reforma de rancho destinado à pesca artesanal e edificações destinadas à atividade da aquicultura. (FLORIANÓPOLIS, 2014, p. 26)

Art. 120. Os terrenos de marinha são *non aedificandi*, ressalvados os usos públicos necessários e as seguintes exceções:

II – Quando o uso das edificações tais como ranchos e outras edificações sumárias para abrigo de embarcações e equipamentos de trabalho, destinar-se à prática da pesca artesanal, da aquicultura e do extrativismo marinho de conchas e moluscos respeitadas as normas de ocupação previstas nesta Lei Complementar. (FLORIANÓPOLIS, 2014, p. 43)

Portanto, a localização destes ranchos é amparada por lei. Outros pontos a serem levados em consideração, são a dependência da pesca e da economia do mar, fatores substanciais da vida cotidiana e subsistência do pescador artesanal. Parte dessa vida

<sup>12</sup> O Decreto visa a regularização dos ranchos. Para os ranchos localizados em terrenos de marinha, como os Ranchos da Bica, devem ser regularizados num prazo de dois anos, sob pena de remoção. Entre outros temas, o decreto defende o uso exclusivamente para atividade pesqueira. O decreto citado pode ser lido no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/ff/florianopolis/decreto/2019/2018/20180/decreto-n-20180-2019-regulamenta-o-art-5-x-o-art-51-ii-o-art-120-2-e-o-caput-do-art-123-todos-da-lei-complementar-n-482-de-2017>

se passa nos ranchos. É preciso considerar que o pescador artesanal é um trabalhador e seu rancho reflete seu lugar de trabalho, e também de descanso, devendo haver garantias de condições dignas para exercer suas atividades.

Se tratando de aspectos estéticos, o decreto citado anteriormente visa a regularização dos ranchos de pesca situados em terrenos de marinha. No caso dos Ranchos da Bica, o risco é ignorar a diversidade do lugar e especificidades locais - como os diversos usos e apropriações descritas nas categorias analisadas - caindo numa homogeneização da paisagem, conforme a reflexão feita na introdução deste artigo. O desconhecimento da diversidade, por parte das políticas públicas, se pauta na criação de um lugar imaginado (CASTELLS, 2012). Se repete a lógica do pensamento progressista e higienizante: o lugar é visto como um local “bagunçado”. Sua regularização é, paralelamente, reforçada junto ao processo de revitalização da orla, acompanhando os novos preceitos estéticos estabelecidos. Padronizar os Ranchos da Bica, serve a quem?

### Considerações finais

Sobre os estudos de apropriação dos espaços públicos, o arquiteto Jan Gehl (2015), em seu livro *Cidade Para Pessoas*, defende um planejamento urbano pautado nas pessoas e na vida urbana. É um caminho inverso ao urbanismo modernista, aos moldes de Le Corbusier, conforme mencionado na introdução. A cidade contemporânea, concebida como plural e diversificada, comporta variadas culturas que exprimem valores no espaço público (MONTANER; MUXÍ, 2014). Cada bairro reflete valores e práticas culturais das pessoas que nele habitam, ou seja, suas músicas, seus imaginários, seus hábitos, seus alimentos, entre muitos outros fatores que se relacionam com a expressão e criação destes espaços (CERTEAU et al, 2003).

A leitura das formas de apropriação que acontecem em espaços públicos, nos ajudam a compreender, através das atividades e valores atribuídos aos usos, as transformações físicas e simbólicas, bem como entender os conflitos territoriais e estéticos. Mesmo o espaço sendo público, há determinados usos que trazem aspectos privativos, criando uma outra dinâmica, deixando claro novas regras ou condutas no uso deste espaço. Estas regras devem ser lidas, não só por aqueles que se apropriam do espaço público, mas também por aqueles que o visitam.

O limite público/privado, que parece ser a estrutura fundadora do bairro para a prática de um usuário, não é apenas uma separação, mas constitui uma separação que une. O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro, porque, no bairro, um não tem nenhuma significação sem o outro. (CERTEAU et al, 2003, p.43)

Entre as interpretações do espaço comum, está a reformulação deste espaço para além de uma polarização entre as esferas pública e privada. (MONTANER; MUXÍ, 2021). A pesca exerce, e não só ela, como também o uso da Bica, da nomeação das pedras e as brincadeiras feitas no mar, uma forte relação com a natureza, encarada aqui como um espaço comum e público. Essa relação é histórica, resultado de uma paisagem (SANTOS, 2012) que continua compartilhando e preservando valores ao bem comum. Importante destacar que terrenos da marinha são bens públicos e devem ter uma função social. O modo de valorização do lugar está pautado no compartilhamento dele, dos usos privativos e nos cuidados aos bens públicos, como o mar, a praia e a bica. A diversidade de usos cria tensões no território dos Ranchos da Bica. E, ao longo das gerações, a atividade pesqueira enriquece a paisagem da Praia da Tapera, porque

é resultado (SANTOS, 2012), de uma apropriação espontânea, exercendo a função social destes terrenos de marinha.

Para finalizar, tomo os argumentos de Delgado (2011), para preservar a identidade da praia, da paisagem, no intuito de um espaço público para todos, e ainda, que nele se exercesse uma dimensão política, como lugar da democracia e das relações em público. Outra questão que emerge para nós, na Praia da Tapera, é saber se essas mudanças em curso supracitadas, atingiriam o espaço vivido dos moradores locais: desde o destino incerto dos Ranchos da Bica, que como vimos, dão sentido ao espaço público da Praia da Tapera, a outras marcas do lugar, como por exemplo, a Bica D'água, as brincadeiras no mar, a presença dos meninos e adolescentes nas pedras nomeadas dessas águas, e entre tantas outras práticas identificadas, transformando a Praia da Tapera de um lugar para um não-lugar (AUGÉ, 1994), perdendo assim, no lugar público da praia, a democracia que Delgado defende.

### Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- CASTELLS, Alicia Norma González. Reabilitações urbanas na cidade contemporânea: entre as formas de fazer a cidade e as formas de fazer na cidade. In: CASTELLS, Alicia Norma González et al (Org.). *Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea*. Florianópolis: Edufsc, 2012. Cap. 1, p. 19-28.
- CASTELLS, Alicia Norma González. Revitalizações Urbanas na Ilha da Magia (Florianópolis/SC). In: CASTELLS, Alicia Norma González; SANTOS, Jeana Laura da Cunha (Org.). *Patrimônio Cultural e museologia*. Florianópolis: Edufsc, 2014. Cap. 10, p. 175-189.
- CASTELLS, Alicia Norma González; LINO, Fátima Satsuki de Araujo. *Educar, Documentar e Valorizar para preservar: Pesca artesanal com auxílio dos botos em Laguna*. Laguna: edição do autor, 2015.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CORBUSIER, Le. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Usp, 1993.
- DELGADO, Manuel. *El espacio público como ideología*. Madrid: Cataratas, 2011.
- RODRIGUES, Domingos. *Lembranças da Tapera*, praia da Tapera, entrevista, 7 mar. 2022.
- FLORIANÓPOLIS. *Lei complementar n. 482*, Gabinete do prefeito, Florianópolis, 17 jan. de 2014. Disponível em: <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/plano-diretor/>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- GEHL, Jan. *Cidade Para Pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida das Grandes Cidades*. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangue town. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, FapUNIFESP, v. 17, n. 49, p.115-134, 2002.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da Rua (ou Quando a Rua vira Casa): Algumas considerações sobre *habito* e *diligo* no meio urbano. *IBAM, FINEP*, p.1-15, 1979.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Política e Arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. São Paulo: Olhares, 2021.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2012.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOLLICA, Orlando. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2017.